



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**1. UNIDADE REQUISITANTE:** Divisão de Material e Patrimônio - DMP.

**2. OBJETO:** Aquisição de **Material de Limpeza, Conservação, Higienização e outros**, mediante Sistema de Registro de Preços - SRP.

**2.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:** As especificações do objeto estão descritas no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇO MÉDIO** deste Termo de Referência/Projeto Básico.

**2.1.1** Os produtos acondicionados em frascos ou recipientes similares deverão apresentar em seus rótulos a composição química e o registro em Órgão Governamental.

**2.1.2** Os produtos que em sua composição contenham algum composto químico deverão apresentar na embalagem **prazo de validade** igual ou superior a 12 (doze) meses, a partir da data da emissão da nota fiscal.

**2.1.3.** A identificação e caracterização dos produtos devem constar nas embalagens respectivas.

**2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:** A aquisição em tela encontra respaldo no **Planejamento Estratégico 2015-2020** e visa suprir o estoque do Almoxarifado para atender a demanda das diversas Unidades Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho do Ceará.

**2.2.1.** O não atendimento desta contratação inviabilizará o cumprimento do supracitado Planejamento e impossibilitará o atendimento adequado das demandas deste Regional no que se refere aos itens em questão, causando sérios prejuízos às atividades desempenhadas pelas unidades usuárias.

**2.3. ENQUADRAMENTO COMO BENS OU SERVIÇOS COMUNS:** Trata-se de fornecimento de material, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº. 10.520/2002 c/c o art. 3º, § 2º do Decreto nº. 3.555/2000 e o art. 2º, § 1º, do Decreto nº. 5.450/2005.

**2.4. JUSTIFICATIVA PARA ADOTAR O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Esta Divisão buscou realizar a presente aquisição através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto no art. 3º, inciso IV do Decreto nº. 7.892/2013, que diz que o aludido Sistema poderá ser adotado quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**2.5. JUSTIFICATIVA DA UNIFICAÇÃO/AGRUPAMENTO DO OBJETO EM LOTES:** Os itens foram agrupados em **Lotes**, face à identidade, características e natureza do objeto, com intuito de garantir economia de escala e a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

### **3. DA HABILITAÇÃO**

**3.1.** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;

**3.2.** O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**3.3. Os documentos relativos à Habilitação jurídica são:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **3.4. Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:**

- a)** Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União) e Estadual;
- b)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)
- c)** Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:** Esta aquisição atende ao disposto no **Planejamento Estratégico 2015-2020** deste Regional, aprovado pela **Resolução TRT7 nº. 475/2014**, observando, especialmente, o previsto no **Objetivo Estratégico nº. 08 - Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção** (*Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa, bem como a adoção de medidas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Judiciário do Trabalho. Visa ainda, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos*) e visa suprir a demanda do referido material referente às diversas Unidades Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho do Ceará.

**5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Para atender, na medida do possível, as diretrizes da **Resolução CSJT nº. 103/2012**, que aprovou o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, em especial quanto à utilização de:

- a)** materiais menos agressivos ao meio ambiente;
- b)** produtos acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.
- c)** produtos saneantes domissanitários de qualquer natureza devem utilizar substâncias tensoativas biodegradáveis.
- d)** O detergente a ser fornecido deverá observar os critérios de eficácia e segurança, comprovados pela regularidade (registro ou notificação) junto à ANVISA. A comprovação da regularização deve ser feita por meio de cópia da publicação do registro do produto no Diário Oficial da União (DOU), observada sua validade, ou a apresentação do Comunicado de Aceitação e Notificação, enviado à empresa pela ANVISA ou consulta à internet da divulgação de Aceitação disponível no site da ANVISA na internet em <<http://www.anvisa.gov.br/saneantes/registro/index.htm>>.

**5.1.** Quanto à verificação do cumprimento das exigências para o Detergente (**Lote 2**), o licitante vencedor da etapa de lances deverá encaminhar, juntamente com a proposta, a documentação correlata. Quanto aos demais itens, a verificação dar-se-á pela unidade requisitante, por ocasião do recebimento das **amostras**.

**5.2.** A comprovação da sustentabilidade dos produtos no que se refere às exigências descritas nas especificações deve também ser feita, conforme o caso, mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, ou por apresentação de Certificação emitida por Instituição Pública oficial, ou por instituição credenciada, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências deste Termo.

## **6. AMOSTRAS:**

**6.1.** O licitante vencedor da etapa de lances deverá apresentar ou postar, em até **2 (dois) dias úteis**, contados do recebimento da notificação, encaminhada pelo Pregoeiro, uma amostra dos produtos relativos aos **Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7** que não integrará o quantitativo contratado, para verificação objetiva das especificações técnicas e características dos produtos pelo Setor Requisitante.

**6.2.** A amostra será aberta e manuseada, sendo devolvida à empresa licitante no estado em que se encontrar, ao final da análise técnica efetuada. Referida análise verificará objetivamente o atendimento das especificações técnicas dos produtos constante do Anexo I deste Termo.

**6.3.** As amostras deverão ser **recolhidas** pelos licitantes na Divisão de Material e Patrimônio - DMP, situada na Rua Vicente Leite, nº. 1.281, Anexo II, 2º andar, Aldeota, Fortaleza-CE, no horário de 8h às 14h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da publicação de homologação do Pregão no Diário Oficial da União. Após o prazo acima estabelecido, este Tribunal dará ao material a destinação que melhor lhe convier.

**7. PREÇO DO MATERIAL:** No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

**8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** O material deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

## **9. LOCAL, HORÁRIO E DIAS DE ENTREGA DO OBJETO:**

**9.1.** O material deverá ser entregue sem ônus para o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, na Divisão de Material e Patrimônio – DMP, situada na Rua Vicente Leite, nº. 1.281, Anexo II, 2º Andar, Aldeota, Fortaleza-CE, no horário de 8h às 14h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

**9.2.** Os produtos que apresentarem defeitos imediatos serão devolvidos e deverão ser repostos pelo licitante contratado, em até **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento da notificação do contratante.

## **10. PRAZO DE RECEBIMENTO:**

**10.1.** O material será recebido:

**a) Provisoriamente**, no ato da entrega, acompanhado da Nota Fiscal;

**b) Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade do bem entregue, com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## **11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**11.1** A gestão e a fiscalização da contratação caberá aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

**11.1.1** A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**11.2** Os gestores e fiscais designados exercerem, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

**11.3** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**11.4.** A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não

implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

**11.5.** As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388.9417 e 3388.9366.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada.

**12.2.** Entregar os produtos nas quantidades solicitadas, na forma, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência.

**12.3.** Entregar os produtos em suas respectivas embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento.

**12.4.** Apresentar, a cada fornecimento, as Notas Fiscais para efeito de pagamento.

**12.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **15(quinze) dias**, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**12.6.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao TRT da 7ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**12.7.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

**12.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

**12.9.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

**12.10.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**12.11.** Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 8.666/93.

**12.12.** Quando houver recusa de materiais, por ocasião do recebimento, seja por não atenderem as especificações ou por apresentarem defeitos, a contratada deverá realizar o recolhimento do material recusado em até 90 dias após a notificação para substituição do material. Após o prazo acima estabelecido, este Tribunal dará ao material a destinação que melhor lhe convier.

### **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1.** Emitir a(s) Nota(s) de Empenho, para fornecimento do material.

**13.2.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do TRT.

**13.3.** Atestar a(s) Nota(s) fiscal(is)/Fatura(s) para efeito de pagamento.

**13.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

**13.5.** Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecidos neste Termo.

**14. FORMA DE PAGAMENTO:** O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após o **recebimento definitivo**, condicionado ao recebimento da nota fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a **Fazenda Estadual**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

**14.1.** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu (s) representante (s) legal (is).

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços sujeitará a empresa à multa, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do total a ser registrado.

**15.2.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à **multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia**, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada a **10% (dez por cento)**.

**15.2.1.** Se o atraso de que trata o item 15.2 ultrapassar o prazo de 50 (cinquenta) dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**15.3.** Além das penalidades acima previstas, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

**a) Advertência;**

**b) multa, no percentual de 10 % (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do contrato;

**c) multa, no percentual de 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total;

**d) multa, no percentual de 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

**15.4.** A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

**15.5.** A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

**16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A respectiva Ata de Registro de Preços - ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura.

**17. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:** O valor estimado para a presente aquisição está descrito no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇO MÉDIO**, deste Termo de Referência/Projeto Básico.



**18. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:** Os preços estimados, tanto unitário como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

**19. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:** A Nota de Empenho substituirá o instrumento contratual para todos os efeitos legais.

**20. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES:** Dependerá das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços - ARP.

Fortaleza-CE, 20 de junho de 2018.

**MICHELLE ADARAI MAIA CUNHA HOLANDA**

Técnico Judiciário— Setor de Almoxarifado/DMP/TRT-7ªRegião

**DEVEN MOURA MILLER**

Diretora da Divisão de Material e Patrimônio - DMP/TRT-7ªRegião



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
DIVISÃO DE MATERIAL E LOGÍSTICA**

**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇO MÉDIO**

LOTE 1						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Copo plástico descartável para água confeccionado em polipropileno(PP), branco, não tóxico, fabricado de acordo com as normas da ABNT, NBR 14.865, certificado pelo INMETRO, capacidade 150ml.	Pct. c/ 100 un	3400	500	R\$ 2,42	R\$ 8.228,00
VALOR LOTE 01						R\$ 8.228,00

LOTE 2						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Detergente líquido concentrado, para lavagem de louças, tampa com regulagem de fluxo. Contendo ingrediente ativo, glicerina, veículo aquoso, fragrância, conservante (preservante) e corante. Com ingrediente ativo a base de tensoativo aniônico do tipo alquil benzeno sulfonato de sódio (biodegradável), com registro ou notificação junto à Anvisa.	Frasco c/ 500 ml	5000	500	R\$ 1,99	R\$ 9.950,00
VALOR LOTE 02						R\$ 9.950,00

LOTE 3						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Esponja de lã aço (fina). Peso líquido mínimo do Pacote: 42g.	Pacote c/ 08 unidades	200	40	R\$ 1,09	R\$ 218,00
2	Esponja para limpeza, multiuso, medindo 100/110mm x 70/75mm x 20mm, em espuma de poliuretano com manta abrasiva, composta por fibras sintéticas. A medida da altura poderá variar 5%.	UN	5000	1000	0,42	R\$ 2.100,00
VALOR LOTE 03						R\$ 2.318,00

LOTE 04						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Luva de látex para procedimento não cirúrgico, não estéril, lubrificada com pó Certificada pelo INMETRO. Obs. Tamanho Médio.	Cx com 100 unidades	70	17	R\$ 18,76	R\$ 1.313,20
2	Máscaras descartáveis com três camadas, fixação através de elástico, 100% polipropileno, não estéril, não alérgico, com eficiência de filtragem bacteriana superior a 95%.	Cx com 50 unidades	100	25	R\$ 10,82	R\$ 1.082,00
VALOR LOTE 04						R\$ 2.395,20

LOTE 5						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Pano para limpeza com furos, medindo 50/60cm x 30/33 cm. Composição: 100% de fibras de viscose.	Pacotes c/ 5 unidades	500	125	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
VALOR LOTE 05						R\$ 2.500,00

LOTE 06						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Pano de prato, cor branca, 100% algodão, embanhado nas laterais, absorvente, medindo 50cm x 70cm, com etiqueta costurada no pano, contendo informações do fabricante/cnpj e composição. As medidas poderão variar até 10cm.	UN	1000	250	R\$ 2,48	R\$ 2.480,00
VALOR LOTE 06						R\$ 2.480,00

LOTE 07						
Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QDE	Pedido Mínimo	Preço Médio Unitário	Preço Médio Total
1	Assento sanitário na cor branca, modelo oval, tamanho universal, <b>tampa em polipropileno(PP)</b> e base do assento em <b>polietileno(PE)</b> . Sistema de fixação resistente: parafusos com porca de fixação em nylon.	UN	180	45	R\$ 22,42	R\$ 4.035,60
VALOR LOTE 07						R\$ 4.035,60

VALOR TOTAL DOS LOTES						R\$ 31.906,80
-----------------------	--	--	--	--	--	---------------